

RELATÓRIO 2022

Conselho de Administração



ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE	7	4.6	Vistorias nas Unidades Consumidoras.....	28
1 CONJUNTURA ECONÔMICA	8	4.7	Iluminação Pública.....	28
1.1 Tarifas de Energia.....	8	4.8	Plantão 24 horas.....	28
1.2 Investimento Remunerável	8	4.9	Análise de Projetos Elétricos.....	28
2 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	9	4.10	Balanco Energético – Janeiro 2022 a Dezembro de 2022.....	28
2.1 Distribuição de energia elétrica.....	9	4.11	Conclusão.....	28
2.2 Ligações de Consumidores.....	9	5	Planejamentos de Atividades – 2023.....	30
2.3 Distribuição direta por classe de consumo	10	5.1	Suprimento de Energia.....	30
2.4 Receita	11	5.1.1	Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	30
2.5 Tarifas	13	5.2	Redes de Distribuição de Energia Elétrica de Alta Tensão.....	30
2.6 Qualidade do fornecimento.....	13	5.3	Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.....	31
2.7 Tecnologia da informação.....	14	5.4	Aquisição de Equipamentos.....	31
2.8 Novos negócios.....	14	6	AUDITORES INDEPENDENTES.....	32
2.9 Desempenho econômico-financeiro.....	14	7	AGRADECIMENTOS	33
2.10 Investimentos	15		Balanco Patrimonial - Ativo.....	34
2.11 Valor adicionado.....	16		Balanco Patrimonial - Passivo.....	35
2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras	16		Demonstração do Resultado.....	36
2.13 Composição das quotas do capital social	16		Demonstração do Resultado.....	37
2.14 Comportamento do preço das quotas... 17			Demonstração do Resultado Abrangente.....	38
2.15 Atendimento aos associados e consumidores.....	17		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	39
3 GESTÃO	20		Demonstração do Fluxo de Caixa.....	40
3.1 Planejamento Empresarial.....	20		Demonstração do Valor Adicionado DVA.....	41
3.2 Recursos Humanos.....	20		Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021	42
3.3 Responsabilidade Social.....	20	1	CONTEXTO OPERACIONAL	42
3.4 Responsabilidade Ambiental.....	20	2	DA CONCESSÃO.....	42
3.5 Concessionária em números	21	3	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	42
3.5.1 Atendimento	21	4	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	44
3.5.2 Mercado	21	5	DISPONIBILIDADES	55
3.5.3 Dados Operacionais	22	5.1	Numerário em Trânsito.....	55
3.5.4 Dados Financeiros	22	6)	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO....	55
3.5.5 Indicadores de Desempenho	22	7)	CONSUMIDORES.....	56
3.6 Área de concessão.....	23			
4 DESEMPENHOS COMERCIAIS	24			
4.1 Construções de Redes.....	24			
4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores.....	26			
4.3 Subestação Rincão	27			
4.4 Loteamentos Melhorias.....	27			
4.5 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	27			

8) RENDAS A RECEBER	58	35.1 Capital social	75
9) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR.....	58	35.2 Reservas de capital	75
10) OUTROS CRÉDITOS	59	35.3 Ajuste de avaliação patrimonial.....	75
11) DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES.....	59	35.4 Reserva de sobras.....	76
12) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	60	36) RECEITA OPERACIONAL.....	77
13) ESTOQUE.....	61	36.1 Fornecimento energia elétrica	77
14) SERVIÇOS EM CURSO	61	36.2 Uso do sistema de distribuição.....	78
15) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	62	36.3 Fornecimento não Faturado	78
16) ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	62	36.4 Fornecimento – Diferimento ou Devolução.....	78
17) TRIBUTOS DIFERIDOS	62	36.5 Fornecimento – Demais Ativos e Passivos	79
18) DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	62	36.6 Consumidores Livres.....	79
19) INVESTIMENTOS.....	63	36.7 Doações, contribuições e subvenções .	79
20) IMOBILIZADO	63	36.8 Serviço e outras receitas	79
21) FORNECEDORES.....	66	37) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.....	80
22) FOLHA DE PAGAMENTO	66	37.1 Impostos	80
23) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.	66	37.2 Encargos do Consumidor	80
24) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	67	37.3 Receitas de Ultrapassagens.....	80
25) CREDORES DIVERSOS	68	38) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA .	81
26) PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS.....	69	39) ENCARGO DE USO DO SIST. DE DISTR..	81
27) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	69	40) DESPESAS OPERACIONAIS.....	81
28) ENCARGOS DO CONS. A RECOLHER.....	70	41) RESULTADO FINANCEIRO	82
29) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	70	42) IMPOSTO DE RENDA E CONTR. SOCIAL	83
30) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	70	43) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	83
31) CONTR. PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO	71	44) PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	84
32) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS.....	71	45) TRANS. COM PARTES RELACIONADAS .	84
33) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	73	46) SEGUROS.....	84
34) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	74	47) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	85
35) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75	48) EVENTOS SUBSEQUENTES	85

CARTA DO PRESIDENTE

Aos associados,

Em cumprimento às disposições legais, estatutárias e contratuais, submetemos a sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da cooperativa Aliança – Cooperaliança. Esse documento foi elaborado conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Demonstração do Fluxo de Caixa e, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Balanço Patrimonial Regulatório.

A apresentação e dados contidos nesse relatório quer trazer uma divulgação transparente aos nossos associados, consumidores, parceiros, órgãos de regulação e toda sociedade em geral. Além disso, o presente documento tem por obrigação direcionar as ações realizadas daqui em diante, visando aumentar ainda mais os resultados e proporcionar a melhoria na qualidade do serviço da cooperativa em todas as esferas.

Como parte do cumprimento da legalidade e sob supervisão da Aneel, divulgamos a Demonstração de Resultado e Notas Explicativas, às quais poderão ser analisadas posteriormente.

O ano de 2021 trouxe resultados positivos para a Cooperaliança, graças ao esforço da diretoria, colaboradores, parceiros e associados, grandes projetos foram finalizados. Começamos um novo ano renovados e prontos para fazer mais nessa gestão.



**Reginaldo de Jesus
Presidente**

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o Revisão Tarifária Periódica - RTP, de 2022. O resultado dessa revisão chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 6,24% positivo sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 29 de agosto de 2022 a 28 de agosto de 2023. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 3.099, de 23 de agosto de 2022, e nota técnica nº 167/2022 – SGT/ANEEL.

1.2 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possua fins lucrativos.

Capítulo II

Das Sociedades Cooperativas.

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

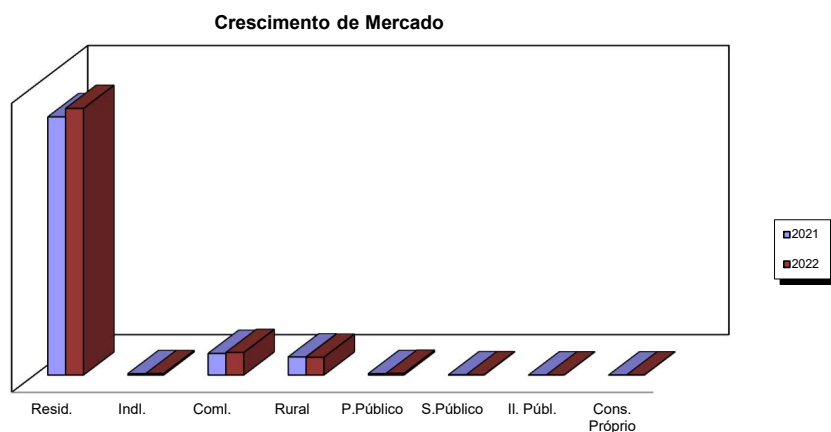
A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 295 municípios do Estado, atendendo 42.929 consumidores cativos e 14 consumidores parcialmente livre instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

Em 2022, a Cooperaliança registrou um crescimento de 3,08% em seu número de consumidores e um aumento na distribuição de energia elétrica em MWH de 5,11%.

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 3,08% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	2022	2021	%
Residencial	36.889	35.728	3,28
Industrial	190	187	1,60
Industrial (Parcialmente livre)	12	07	71,43
Comercial	3.111	2.989	4,08
Comercial (Parcialmente livre)	2	01	100
Rural	2.464	2.508	(1,75)
Poder Público	229	197	16,24
Iluminação Pública	04	04	-
Serviço Público	37	34	8,82
Consumo Próprio	05	05	-
TOTAL	42.943	41.660	3,08



2.3 Distribuição direta por classe de consumo

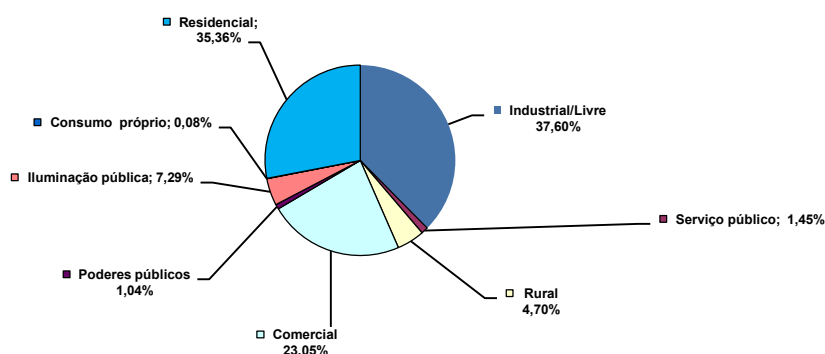
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2022 foi de 198.092MWH e no mercado livre 58.890MWH registrando um aumento no mercado da concessionária de 5,11% em relação a 2021.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram as classes Comercial Consumidores Livres, Industrial Consumidores Livres e Poderes Públicos.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2022	2021	%
Residencial	74.249	71.229	4,24
Industrial	45.436	50.538	(10,09)
Consumidores Livres	50.069	41.593	20,38
Comercial	49.711	49.465	0,50
Comercial Livres	8.821	2.772	218,22
Rural	11.937	12.222	(2,33)
Poderes Públicos	2.067	1.794	15,22
Serviços Públicos	2.916	2.602	12,07
Iluminação Pública	11.655	12.149	(4,07)
Consumo Próprio	120	116	3,45
TOTAL	256.981	244.480	5,11

CONSUMO POR CLASSE



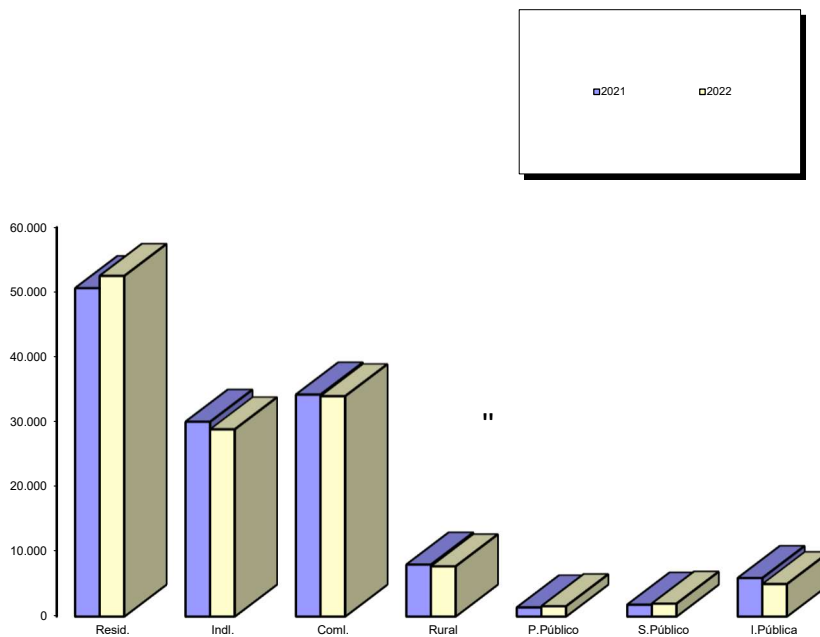
2.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 105.907 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2022	2021	%
Residencial	52.498	50.610	3,73
Industrial	28.854	30.024	(3,90)
Comercial	33.964	34.214	(0,73)
Rural	7.731	8.006	(3,43)
Poderes Públicos	1.583	1.402	12,91
Iluminação Pública	5.003	5.935	(15,70)
Serviço Público	1.984	1.826	8,65
Consumidores Livres	19.866	19.432	2,23
Fornecimento – Diferimento ou Devolução	(6.861)	(14.390)	52,32
Renda não faturada	(894)	1.195	(174,81)
Serviços	376	355	(5,91)
Doações, Contribuições e Subvenções	13.702	4.861	181,87
Fornecimento – Demais Ativos e Passivos	115	(144)	179,86
Subtotal	157.921	143.326	10,18

ICMS	(32.498)	(36.331)	(10,55)
PIS/COFINS	(995)	(972)	2,37
ISSQN	-	(7)	(100,00)
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(17.871)	(14.399)	24,11
Ultrapassagem de demanda e reativos	(650)	(770)	15,58
Subtotal	(52.014)	(52.479)	(0,88)
TOTAL	105.907	90.847	16,57

Receita Líquida



2.5 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2022, foi de R\$ 649,77 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2022	2021
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	707,46	708,89
Industrial	612,31	631,11
Comercial	678,17	731,60
Rural	636,20	651,56
Poder Público	765,35	781,57
Serviço Público	680,65	699,21
Iluminação Pública	430,77	488,51
Consumo Próprio	789,63	771,02
MÉDIA	649,77	671,08

2.6 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Município	DEC horas	DEC horas	FEC interrupções	FEC interrupções	Tempo de espera horas	Tempo de espera horas
Içara	4,75	4,40	4,23	4,13	1,49	1,26

2.7 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Visando sempre a melhoria de suas tecnologias de informação a Cooperaliança investiu no ano de **2022 R\$ 46 mil** em novos equipamentos de informática.

2.8 Novos negócios

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

Neste sentido, a distribuidora realizou leilão para aquisição de energia no mercado livre em 17 de julho de 2020, na qual se sagrou vencedora a empresa Copel Mercado Livre com início do fornecimento em 01 de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2038. Essa aquisição de energia elétrica foi realizada com objetivo de reduzir o custo na compra e consequentemente manter uma tarifa justa e competitiva para os consumidores da Aliança.

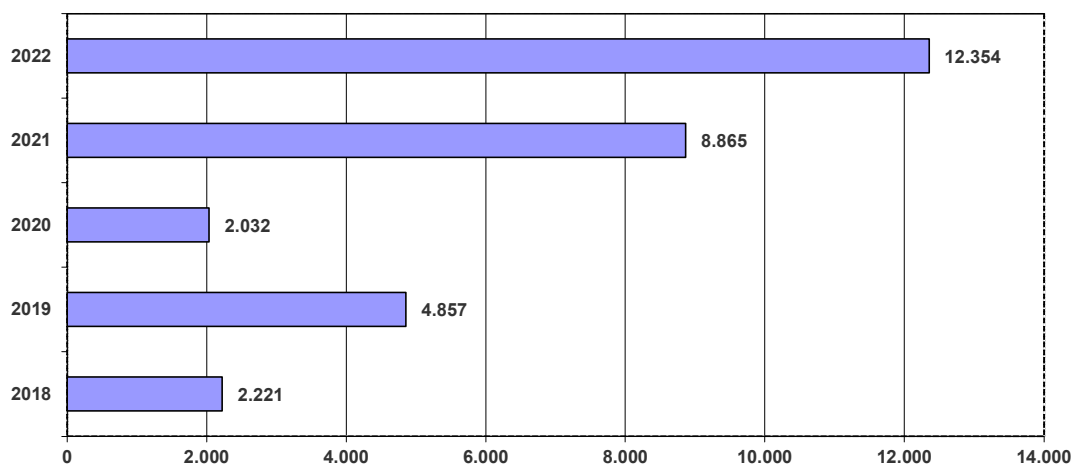
2.9 Desempenho econômico-financeiro

Em 2022, as sobras do exercício foram de R\$ 12.354 mil, contra R\$ 8.865 mil de 2021 o que representou um Aumento de 39,35%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2022, R\$ 105.907 mil, enquanto em 2021 o resultado foi de R\$ 90.847 mil, representando um aumento de 19,29%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2021 foi de 93.025 mil contra 84.731 mil em 2020 representando um aumento de 16,57%.

As sobras dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:



2.10 Investimentos

Em 2022, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 10.912mil, conforme segue:

Investimentos - R\$ mil			
	2022	2021	%
Obras de Distribuição	10.215	8.179	24,89
Subestação 69Kv	-	4.031	-
Instalações Gerais	113	44	156,81
Veículos	581	376	54,52
Intangível	3	3	-
TOTAL	10.912	12.633	(13,62)

2.11 Valor adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 76.926mil, representando 48,71% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.13 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da concessionária era de R\$2.032 milhões, composto por 2.032.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2021	46.741	1.891
Total de associados em Dez/2022	49.560	2.032

2.14 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2013.

Capítulo VII

Do Capital Social.

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

2.15 Atendimento aos associados e consumidores

Ao setor comercial da Cooperaliança é atribuído o atendimento ao associado e consumidor, onde possui uma equipe altamente treinada para a orientação, informação, registro de solicitações de serviços, reclamações, elogios, esclarecimento de dúvidas, denúncias de irregularidade e serviços emergenciais nos diversos canais de atendimento disponíveis.

Optando por atendimento presencial, o associado e consumidor tem a disposição 3 agências de atendimento comercial localizadas na sede da Cooperaliança, situado a Rua Ipiranga, nº 333, Centro de Içara, SC, que permanece em funcionamento durante os horários, das 7h45min às 18 horas; também no município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, nº148, Zona Norte com horário de atendimento das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas; e no município de Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SNº, Olho D'água, com atendimento no período vespertino, das 13h30min às 17h30min.

Outra forma de atendimento é através do Tele atendimento da Cooperaliança que funciona 24 horas através do número 0800 600 30 30, de forma gratuita. Durante

o horário comercial são registrados e realizados atendimentos emergenciais e os serviços comerciais, citando como exemplo registro de solicitações de serviços, orientações, informações, dúvidas sobre fatura e consumo de energia entre outras, sugestões, reclamações. Após o horário comercial, o atendimento é apenas para solicitações de serviços emergenciais com atendimentos relacionados à interrupção de energia, fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual, uma opção digital para atendimento sem precisar sair de casa. Para acessar, o consumidor deve entrar no site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, o consumidor pode navegar pelo espaço virtual. Neste canal de atendimento o associado e consumidor encontra disponível o histórico de consumo, faturas em aberto, emissão da 2º via de fatura, solicitação de serviços, esclarecimento de dúvidas, registro de reclamações, atualização de cadastro entre outros.

Em Janeiro de 2022, a Cooperaliança implantou mais um canal de atendimento digital disponível ao associado e consumidor, a LIA, assistente virtual por meio do whatsapp através do número 3461 3200. O chatbot utiliza inteligência artificial para a realização de diversos serviços como a emissão da segunda via, consulta de débitos, falta de energia ou falar com nossos atendentes, semelhante ao tele atendimento e o atendimento presencial.

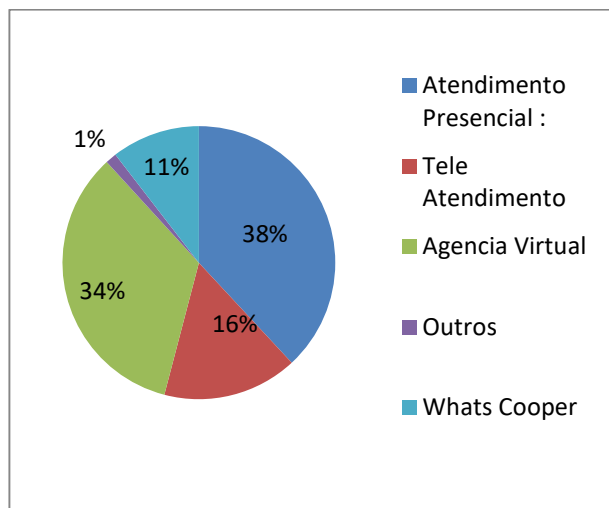
Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, disponível durante o atendimento em horário comercial e também esta cadastrada no site www.consumidor.gov.br em atendimento a Resolução Aneel 1000/2021.

Destaca se em 2022 a crescente busca do associado e consumidor ao envio das faturas de consumo de energia elétrica por e mail. Em média foram enviadas mensalmente em 2022, 9.485 faturas por e mail

Desde o final de 2019, a fatura de energia é oferecida no formato boleto bancário para que o cliente possa efetuar o pagamento em qualquer agência e correspondente bancário ou por meios eletrônicos.

No ano de 2022, os canais de atendimento registraram 321.074 atendimentos, distribuídos em atendimento presencial: 122.312, Agencia Virtual 109.547, Tele Atendimento 51.313, Outros atendimentos 4.260 Destaque para o canal de atendimento via whatsapp LIA, que em 2022 já registrou 33.642 atendimentos.

Observa se que há uma migração natural dos associados e consumidores aos canais de atendimento digitais, do total de 321.074 atendimento em 2022, 147.449 são exclusivos da agencia virtual, internet e whatsapp que representam 46% dos nossos atendimentos.



Total atendimento	321.074	%
Atendimento Presencial :	122.312	38%
Tele Atendimento	51.313	16%
Agencia Virtual	109.547	34%
Outros	4.260	1%
Whats Cooper	33.642	10%

3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimento das necessidades dos consumidores/Associados.

3.2 Recursos Humanos

Em 2022 a concessionária investiu R\$ 42 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional, e comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2022	2021	%
Número de consumidores	42.943	41.660	5,48
Número de empregados	115	110	4,54
Número de consumidores por empregado	382	379	0,79
Número de postos de atendimento	04	04	-

3.5.2 Mercado

	2022	2021	%
Área de concessão (Km ²)	366	366	-
Demanda máxima (MW)	61,00	58,00	5,17
Distribuição direta (GWH)	256,92	244,48	5,08
Consumo residencial médio (MWH/ano)	2.013	1.994	0,95
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	649,77	671,08	(3,29)
Residencial	707,46	708,89	(0,20)
Industrial	612,31	631,11	(2,98)
Comercial	678,17	731,60	(7,30)
Rural	636,20	651,56	(2,35)
Poder Público	765,35	781,57	(2,07)
Serviços Públicos	680,65	699,21	(2,65)
Iluminação Pública	430,77	488,51	(11,82)
Consumo próprio	789,63	771,02	2,41
DEC (horas) – Conjunto – Içara	4,75	4,40	7,95
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	4,23	4,13	2,42

3.5.3 Dados Operacionais

	2022	2021	%
Número de subestações	01	01	-
Linhas de distribuição AT/BT (km)	1.533	1.490	2,88
Linha de Distribuição em 69 KV (Km)	8,37	8,37	-
Capacidade instalada (MVA)	156	151	3,31

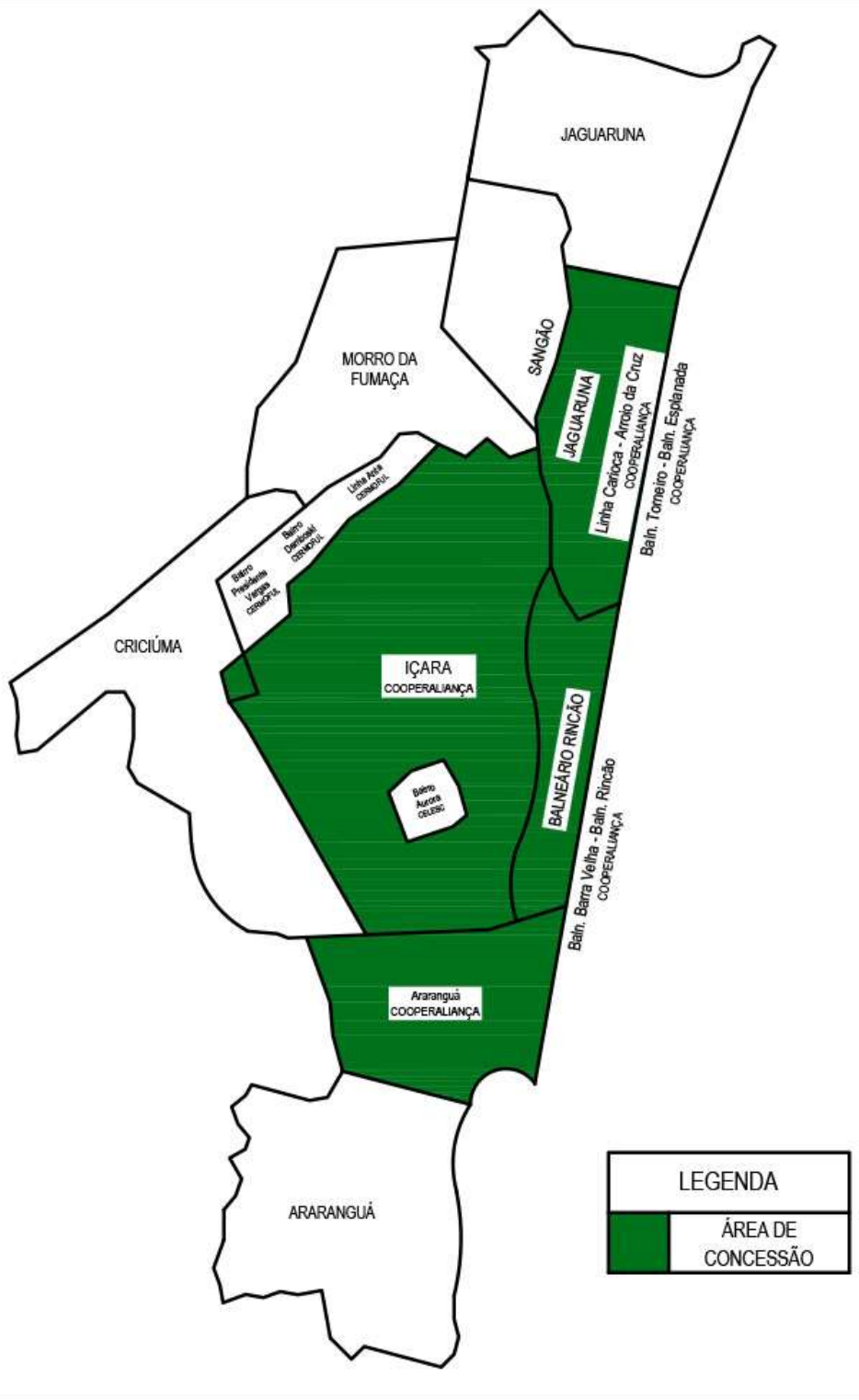
3.5.4 Dados Financeiros

	2022	2021	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	157.921	143.326	10,18
Receita operacional líquida (R\$ mil)	105.907	90.847	16,58
Margem operacional do serviço líquida (%)	67,06	63,38	5,81
Sobras líquidas (R\$ mil)	12.354	8.865	39,35
Patrimônio líquido (R\$ mil)	62.819	51.366	22,29
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,755	1,091	30,79
Em moeda nacional (%)	100	100	-

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2022	2021	%
Salário médio dos funcionários em R\$	5.154	4.541	13,50
Energia comprada por funcionário em MWH	2.235	2.223	0,54
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,98	5,87	1,87

3.6 Área de concessão



4 DESEMPENHOS COMERCIAIS

4.1 Construções de Redes

Tabela de redes de distribuição de energia elétrica por municípios, extensão em metros.

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Poço 03	90		240	240
Poço 08		60	70	70
Rio dos Anjos	255			
Jaqueline	565	960	380	270
Lombas Pedreiras	285		440	
Santa Cruz	325	50	130	80
Boa Vista	1.805	850	1.430	975
Sanga Funda	395	30	500	240
Linha Frasson			140	80
Linha Esperança	60		3.840	3.740
Linha Esbregue			1.220	1.500
Liri	638	15	170	170
Vila São Pedro	77	830	440	240
Raichask	545	300	320	
Espigão	40		1.384	1.609
Rio Acima	625		270	
Linha Três Ribeirões	530		295	90
Cristo Rei	415	150	125	
Centenário			65	
Coqueiros	350	170	330	330
3ª Linha	130	130	245	170
2ª Linha	1.470	570	200	80
1ª Linha	115		90	90
Vila Nova	585		1.035	615
Jardim Silvana			340	180
Jardim Elizabete		120	500	260
Jardim Pinheiro		120	245	80
Capri	45			
Centro			940	460
Esplanada	957	715	1.255	1.020
Linha Santa Cruz	525		90	90
Linha do Meio	220		90	90
Urussanga Velha			35	
Primeiro de Maio			160	
Ponta do Mato		520	305	200

Barracão			245	305
Barreira			70	70
Vila São José	385	230	550	450
Linha Zilli			80	80
Rio dos Porcos Sul	300	1425	90	90
Rio dos Porcos Norte		150	200	
Vila Alvorada			80	
São Rafael	180		145	
Campo Mãe Luzia	30		100	
Corda Bamba	310		160	80
Tereza Cristina			240	160
Aurora	460	270		
Total em metros	12.712	7.665	19.279	14.204

Município de Rincão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneário Rincão	860	150	4.805	1.200
Vila Suíça	315	1.100	200	300
Balneário Barra Velha	365	120	1.120	90
Pedreiras	80	170	1.455	330
Lagoa do Faxinal			370	90
Lagoa dos Freitas			170	80
Lagoa dos Esteves	490		305	170
Total em metros	2.110	1540	8425	2.260

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	B.T	A.T	B.T	A.T
Balneário Esplanada	357	390	1.685	90
Balneário Torneiro	700		1.330	380
Linha Carioca	4.210		120	90
Arroio da Cruz	20	330	420	
Total em metros	5.287	720	3.555	560

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição de energia elétrica de 9,92 km de Alta Tensão e 20,1 km de Baixa Tensão.

As melhorias no sistema de distribuição totalizaram 17,02 km de Alta Tensão e 31,26 km de Baixa Tensão.

4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Centro	3-75,	
Boa Vista	3-30, 3-75, 3-45, 3-45	3-45 p/ 3-75
Jardim Elizabete	3-75	
Jardim Pinheiro	3-75	
Cristo Rei	3-75	
Santa Cruz	3-75, 3-75	
Sanga Funda	3-300	3-30 p/ 3-75
Ponta do Mato	1-15	
2ª Linha	3-75, 3-225	
Linha Esperança	3-30	
Jaqueline	1-15	
Linha Três Ribeirões	3-75	
Vila Nova	3-75, 3-75	3-75 p/ 3-150
Poço 08	3-112,5	
Vila São José	3-150	
Aurora	3-30	
Vila São Pedro	3-300, 3-30	
Raichask	3-75	
Esplanada	3-45, 3-75	1-15 p/ 3-30
Rio dos Porcos Norte	3-75	
Rio dos Porcos Sul	3-112,5, 3-30	
Liri	3-150, 3-75	
Lombas Pedreiras	3-75	
Total - Potência	33 transformadores – 2.865 kVA	04 transformadores – 165 kVA

Município de Bal. Rincão		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados
Balneário Rincão	3-75, 3-75, 3-112,5	
Lagoa dos Faxinal	3-30	1-10 p/ 1-25
Pedreiras	3-1000, 3-75, 3-45, 3-225, 3-45, 3-75	3-45 p/ 3-75
Total - Potência	10 transformadores – 1.757,5kVA	02 transformadores - 45 kVA

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados (KVA)
Arroio da Cruz	3-45	
Balneário Torneiro	3-45, 3-75	
Balneário Esplanada	3-75, 3-112,5	
Total - Potência	05 transformadores – 352,5 kVA	

No período foram instalados 48 novos transformadores e ampliados outros 06 totalizando 54 transformadores, aumentando a carga instalada do sistema em 5,18 MVA.

4.3 Subestação Rincão

A Subestação Rincão teve demanda máxima de 33,5 MW no período do verão com as entradas das cargas dos veranistas, sendo que na Subestação Celesc demanda máxima foi de 28,3 MW, totalizando uma carga de 61,8 MW em todo sistema de distribuição da Cooperaliança.

4.4 Loteamentos Melhorias

Obras de melhoria nos Bairros com padronizações de estruturas e condutores multiplexados e divisões de cargas nos circuitos de distribuição.

Estudos de carregamento dos transformadores com instalações de equipamentos de qualidade de energia, junto aos transformadores para verificar a curva de carga.

4.5 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é constituído de 13 alimentadores sendo que 08 oriundos da Subestação Rincão e os demais da Subestação Celesc, com pontos de interligações entre os mesmos para transferência de cargas e na recomposição do sistema.

Obras de interligações entres os alimentadores, proporcionam uma maior rapidez na recomposição do sistema de distribuição de energia.

Essas obras melhorou os índices de qualidade e continuidade, evitando os desligamentos prolongados de energia.

Todo sistema de faturamento do grupo A é automatizado, bem como os consumidores que possuem geração distribuída com sistema de tele medições de energia.

4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras

Realizamos 4.647 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas comerciais no sistema de distribuição.

4.7 Iluminação Pública

A Cooperaliança não realiza mais os serviços de iluminação pública, ficando sobre responsabilidade das prefeituras municipais.

4.8 Plantão 24 horas

A Central de Operação e Distribuição “COD” atendeu a 6.514 chamadas de diversas localidades, com falta de energia elétrica.

4.9 Análise de Projetos Elétricos.

Neste período foram analisados 327 projetos sendo, 284 residenciais, 18 comerciais, 04 indústrias e 21 loteamentos.

Orientamos os consumidores com relações as normas e procedimentos de segurança nas instalações elétricas conforme norma NR-10.

4.10 Balanço Energético – Janeiro 2022 a Dezembro de 2022

Durante o período a Cooperaliança adquiriu da supridora Celesc um total de 270,9 Gwh/ano e distribuiu 256,9 Gwh/ano, totalizando 13,9 Gwh/ano de perdas anuais representando 5,1%.

4.11 Conclusão

O sistema de distribuição de energia elétrica, apresentou uma carga bem distribuída entre os alimentadores, após as obras de interligações para transferência de cargas.

A maior demanda de energia ocorreu no período de verão, com as entradas das cargas de veranistas.

A ampliação da Subestação Rincão aumentou a confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica, com a energização dos novos alimentadores, proporcionando uma maior agilidade na recomposição do sistema de distribuição e transferência de cargas.

Também foram realizadas melhorias no sistema de distribuição com divisão de circuitos e instalações de novos transformadores de distribuição.

5 Planejamentos de Atividades – 2023

O setor elétrico de distribuição de energia da Cooperaliança, consiste na evolução do planejamento frente aos novos desafios tecnológicos e climáticos dos próximos anos.

Uma maior integração da confiabilidade da distribuição de energia elétrica aumentando a flexibilidade do sistema com transferências de cargas entre os alimentadores.

Onde podemos destacar os seguintes itens:

5.1 Suprimento de Energia

A Cooperaliança compra energia através de leilão no mercado livre e recebendo toda energia do sistema de transmissão da Celesc.

5.1.1 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema distribuição de energia elétrica é composto por treze alimentadores formando uma malha de 1.534 km de extensão divididos em 1.740 circuitos.

Crescimento do consumo de energia elétrica tem-se mantido com o passar dos anos, para ampliar a capacidade de distribuição de carga, estamos substituindo os condutores dos alimentadores aumentando a capacidade do sistema de distribuição com qualidade e segurança.

5.2 Redes de Distribuição de Energia Elétrica de Alta Tensão

As inovações no sistema de distribuição de energia elétrica, com novos equipamentos de proteção e sistema de tele comando, agilizando os processos de serviços

- As obras abaixo fazem parte da modernização do sistema de distribuição

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	Subestação	Ampliação dos Alimentadores.	1.500	Ampliação de cargas
2	Subestação	Interligações de novos empreendimentos.	700	Ampliação de cargas
3	Subestação	Alimentadores da Subestações para interligações e troca de condutores.	1.400	Ampliação de cargas
Total			3.600	

5.3 Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão

Obras que fazem parte das ampliações do sistema de distribuição de energia elétrica necessárias para atendimentos dos novos consumidores e ampliações de disponibilidades de cargas.

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	SE'S	Divisão de circuitos elétrico redes baixa tensão.	1.600	Instalações de novos transformadores.
2	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	2.400	Manutenções corretivas e preventivas.
3	SE'S	Ampliações e recondutoramentos.	1.500	Ampliações e recondutoramentos
4	SE'S	Melhorias do sistema elétrico de distribuição	800	Manutenção preventiva e corretiva.
5	SE'S	Sistema de medição e tele comandos.	900	Sistema tele medições
Total			7.200	

5.4 Aquisição de Equipamentos

Equipamentos necessários para ligações de novos consumidores e ampliação de cargas no sistema de distribuição de energia elétrica.

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
100	Transformadores	1.500	Atender ao aumento de carga.
1.600	Medidores de Energia	800	Atender ao crescimento de mercado.
06	Religadores Automáticos Trifásico	900	Proteção no Sistema de Distribuição.
Total		3.200	

Total dos investimentos: R\$ 14.000.000,00 (Quatorze milhões de reais)

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Eyng Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2022.

7 AGRADECIMENTOS

A Cooperaliança encerra seu primeiro mandato de quatro anos dessa gestão com resultados históricos para a empresa e muito trabalho prestado aos associados e consumidores. O grande diferencial dessa equipe, foi sem dúvida optar por pessoas técnicas e comprometidas com a cooperativa e com a comunidade. Chegou o momento de agradecer esses que formam nossa empresa, nossos colaboradores, nosso vice-presidente Paulo Rodrigues da Silva, o secretário Anselmo Freitas e os conselheiros Cleber Luiz de da Silva, Fernando Germano Selinger, Henrique Guglielmi, Quintino Rizzieri Pavei e Samuel Goulart Baldissera.

Além disso, estendo os meus agradecimentos a todo Conselho Fiscal, que exerce com aptidão a função que lhes foi confiada e os Delegados junto à Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina (Fecoerusc).

Cumprimos nosso compromisso com o associado, viabilizando a obra de ampliação da subestação, renovando toda a frota de veículos, finalizando o processo de compra de energia do Mercado Livre e gerando recorde de lucros para a empresa. Graças a esse lucro, conseguimos contribuir com a sociedade em toda a nossa área de concessão. Doamos um tomógrafo de quase 1 milhão de reais ao Hospital São Donato e ajudamos muitas outras instituições.

Foram essas, e outras realizações que fizeram a Cooperaliança ir até Brasília receber o 1º lugar no Prêmio Aneel de Qualidade 2021 pela primeira vez na história. Durante esses quatro anos, conseguimos fazer mais do que entregar uma energia de qualidade. Nos tornamos parte da comunidade, entregamos lazer apoiando o esporte e construindo quadras de areia abertas ao público. Entregamos saúde física colaborando com o hospital e saúde espiritual contribuindo com a construção do asfalto na avenida do Santuário Sagrado Coração Misericordioso de Jesus.

Nesse ano que passou foram investidos R\$ 10.912 milhões para melhorar a vida dos nossos consumidores dos quatro municípios de abrangência: Içara, Balneário Rincão, Parte de Jaguaruna e Araranguá. Findo os agradecimentos registrando a presteza da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) à está distribuidora e responsável pela regulação do nosso trabalho.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2022	2021
ATIVO			
Circulante		34.606	38.503
Numerário disponível	5	301	870
Aplicações no mercado aberto	6	184	3.910
Numerário em transito	5.1	144	224
Consumidores	7	25.112	28.517
Rendas a receber	8	314	397
Tributos a compensar	9	889	477
Outros créditos	10	1.640	1.681
Subsídios tarifários e redução tarifária	11	2.978	1.875
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(5.241)	(5.049)
Estoque	13	489	336
Serviços em curso	14	999	1.834
Despesas pagas antecipadamente	15	61	25
Ativos Financeiros Setoriais	16	6.736	3.406
Não Circulante		75.670	68.930
Realizável a longo prazo		7.390	5.883
Tributos a compensar	9	386	334
Consumidores	7	1.406	1.406
Tributos Diferidos	17	316	342
Outros créditos	10	374	273
Ativo indenizável (concessão)	19	4.846	3.454
Depósitos judiciais	18	62	74
Investimentos	19	2.151	2.153
Intangível	20	66.129	60.894
TOTAL DO ATIVO		110.276	107.433

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2022	2021
PASSIVO	Notas		
Circulante		30.994	41.296
Fornecedores	21	10.896	13.380
Folha de pagamento	22	454	368
Tributos e contribuições sociais	23	1.280	6.650
Empréstimos e financiamentos	24	2.110	3.773
Credores diversos	25	3.432	1.916
Passivos Financeiros Setoriais	26	4.910	2.532
Obrigações estimadas	27	1.088	910
Encargos do consumidor a recolher	28	4.584	8.891
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética	29	1.553	2.215
Outras contas a pagar	30	687	661
Não Circulante		16.463	14.771
Empréstimos e financiamentos	24	4.973	4.650
Provisões para contingências	32	2.276	2.435
Participação financeira do consumidor	33	9.214	7.686
Patrimônio líquido		62.819	51.366
Capital social	35.1	2.032	1.891
Reservas de capital	35.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	35.3	4.126	4.834
Reservas de sobras	35.4	10.123	8.945
Fundo de assistência técnica educacional e social	35.4	2.003	1.160
Reserva para geração de energia	35.4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	35.4	38.162	29.075
Fundo de expansão da sede social	35.4	228	244
Sobras a Disposição da AGO	35.4	4.124	3.196
TOTAL DO PASSIVO		110.276	107.433

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2022	2021
Receita Operacional		157.921	143.326
Fornecimento de energia elétrica	36.1	72.304	57.759
Uso do sistema de distribuição	36.2	59.313	74.258
Fornecimento não Faturado	36.3	(894)	1.195
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	36.4	(6.861)	(14.390)
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos	36.5	115	(144)
Consumidores Livres	36.6	19.866	19.432
Doações, contribuições e subvenções	36.7	13.702	4.861
Serviços e outras receitas	36.8	376	355
(-) Deduções da receita operacional		52.014	52.479
ICMS	37.1	32.498	36.331
PIS-PASEP	37.1	177	173
COFINS	37.1	818	799
ISSQN	37.1	-	7
Encargos do consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	37.2	17.871	14.399
Receitas de Ultrapassagens	37.3	650	770
(=) Receita operacional líquida		105.907	90.847
(-) Custo do serviço de energia elétrica		106.576	93.025
Energia elétrica comprada para revenda	38	52.771	49.160
Encargo de uso do sistema de distribuição	39	21.887	16.947
Custo de operação		31.918	26.918
Pessoal e administradores	40	10.277	8.419
Material		2.222	1.471
Serviços de terceiros		4.132	2.898
Depreciação e amortização		3.953	3.644
Custo de construção		11.273	10.429
Provisões		61	57
(=) Sobra/Perda Bruta		(669)	(2.178)
(+) Receitas operacionais		16.189	13.802
Receitas operacionais		16.189	13.802
(-) Despesas operacionais		2.757	2.413
Outras despesas operacionais		2.757	2.413
(=) Resultado do serviço		12.763	9.211
(+/-) Receita (despesa) financeira		(123)	(183)
Receitas financeiras	40	2.522	1.904
Despesas financeiras	40	2.645	2.087
(=) Resultado operacional		12.640	9.028
(=) Sobras/Perdas antes da contr. social e imposto de renda		12.640	9.028
(-) Contribuição social		82	47
(-) Imposto de renda		204	116
(=) Sobras/Perda do exercício		12.354	8.865

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	135.757	22.164	157.921
Fornecimento Faturado	110.472	21.145	131.617
Fornecimento não Faturado	(680)	(214)	(894)
Cosumidores Livres	19.866	-	19.866
Fornecimento - Demais Ativos	97	18	115
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	(5.759)	(1.102)	(6.861)
Serviços e outras receitas	292	84	376
Doações, Contribuições e Subvenções	11.469	2.233	13.702
(-) Deduções da receita operacional	43.849	8.165	52.014
ICMS	27.939	4.559	32.498
PIS-PASEP		177	177
COFINS		818	818
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	15.364	2.507	17.871
Receita de Ultrapassagens	546	104	650
(=) Receita operacional líquida	91.908	13.999	105.907
(-) Custo do serviço de energia elétrica	91.627	14.949	106.576
Suprimento de energia Elétrica	64.186	10.472	74.658
Custo de operação	27.441	4.477	31.918
Pessoal e administradores (462 mil)	8.836	1.441	10.277
Material	1.910	312	2.222
Serviços de terceiros	3.552	580	4.132
Depreciação e amortização	3.399	554	3.953
Custo de Construção	9.692	1.581	11.273
Provisões	52	9	61
(=) Sobra Bruta	281	(950)	(669)
(+) Receitas operacionais	13.543	2.646	16.189
Receitas operacionais	13.543	2.646	16.189
(-) Despesas operacionais	2.370	387	2.757
Outras despesas operacionais	2.370	387	2.757
(=) Resultado do serviço	11.454	1.309	12.763
(+/-) Receita (despesa) financeira	(106)	(17)	(123)
Receita financeira	2.168	354	2.522
Despesa financeira	2.274	371	2.645
(=) Resultado operacional	11.348	1.292	12.640
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	11.348	1.292	12.640
(-) Contribuição Social		82	82
(-) Imposto de renda		204	204
(=) Sobras do exercício	11.348	1.006	12.354

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA**

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020****(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação Societária		
	2022	2021	
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	12.354	8.865	
(+/-) Resultado Abrangentes	505	599	
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	-	-	
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Associados)	434	504	
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Terceiros)	71	95	
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	12.859	9.464	-
RESULTADOS COM TERCEIROS	1.077	333	
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	1.006	238	
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não Associados)	71	95	
Base para Destinações Legais e Estatutárias	11.782	9.131	
Fundo de Reserva - Art. 46, inc.a - Estatuto Social - 10%	1.178	913	
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	589	457	
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	5.891	4.566	
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	1.077	333	
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	4.124	3.196	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária									
	Capital Social	Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Saldo a disposição da ACO	Total	
			Reserva de sobre	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos	Fundo de expansão da sede social			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.737	873	5.714	8.032	1.148	1.639	23.777	371	732	44.023
Capital Social										
Integralização das Sobras										0
Integralização de Quotas	156									156
Capital a Integralizar	-2									-2
Integralização de reservas/fundos										0
Realização de reservas/fundos			-880			-1.268		-127	598	-1.677
Aumento nas reservas							732		-732	0
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									8.866	8.866
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)										0
Destinações legais				0		332	0		-332	0
Destinações estatutárias:				913		457	4.566		-5.936	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial Regulatória										0
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.891	873	4.834	8.945	1.148	1.160	29.075	244	3.196	51.366
Capital Social										
Integralização das Sobras										0
Integralização de Quotas	141									141
Capital a Integralizar	0									0
Integralização de reservas/fundos										0
Realização de reservas/fundos			-708			-823		-16	505	-1.042
Aumento nas reservas							0			0
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									12.354	12.354
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)										0
Destinações legais				0		1.077	0		-1.077	0
Destinações estatutárias:				1.178		589	9.087		-10.854	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial Regulatória										0
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.032	873	4.126	10.123	1.148	2.003	38.162	228	4.124	62.819

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2.022	2.021
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	12.354	8.865
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	192	(123)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	192	(123)
Resultado Ajustado do Exercício	12.546	8.742
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(785)	(8.151)
Consumidores	3.405	(4.854)
Rendas a receber	83	117
Tributos a compensar	(464)	151
Outros créditos	(60)	(87)
Estoques	(153)	392
Premios de seguros	(36)	(15)
Serviço em curso	835	(323)
Subsídios tarifários e redução tarifária	(1.103)	(1.554)
Ativos financeiros setoriais	(3.330)	(1.983)
Depósitos judiciais	12	5
Tributos diferidos	26	-
Aumento(redução) no passivo circulante	(7.270)	4.744
Fornecedores	(2.484)	(210)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	86	45
Tributos e contribuições sociais	(5.370)	(287)
Credores diversos	1.516	1.019
Obrigações estimadas	178	81
Encargos do consumidor a recolher	(4.307)	4.046
Outras contas a pagar	26	(16)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(662)	(1.455)
Provisão para contingências	(159)	-
Participação financeira do consumidor	1.528	1.307
Passivos financeiros setoriais	2.378	214
Caixa oriundo das atividades operacionais	4.491	5.335
Atividades de investimento		
Aumento (Redução) nos investimentos	2	(1)
Ativo indenizável (concessão)	(1.392)	(1.877)
Aplicações no intangível	(5.235)	(3.823)
Total das atividades de Investimento	(6.625)	(5.701)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	141	154
Reservas de capital		
Realização ou avaliação patrimonial (regulatória)	(203)	(409)
Redução da reserva de fates	(839)	(1.268)
Emprestimos e financiamentos	(1.340)	3.321
Total das atividades de Financiamento	(2.241)	1.798
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(4.375)	1.432
Saldo inicial de caixa	5.004	3.572
Saldo final de caixa	629	5.004
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(4.375)	1.432

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONAD - DVA

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Valor Adicionado - DVA - dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2022	2021
Receitas	173.399	156.301
Venda de energia e serviços	64.550	63.996
Uso do sistema de distribuição	79.178	74.258
Receita de construção	11.273	10.429
Locação de postes	4.005	3.024
Doações, Contribuições e Subvenções	13.702	4.861
Serviços e outras receitas	1.287	704
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos	115	(144)
Receitas de ultrapassagens	(650)	(770)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(61)	(57)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	95.042	83.318
Insumos consumidos	74.658	66.107
Serviços de terceiros	4.132	2.898
Materiais	2.222	1.471
Custo de construção	11.273	10.429
Outros	2.757	2.413
(=) Valor adicionado bruto	78.357	72.983
(-) Quotas de reintegração	3.953	3.644
Depreciação, amortização e exaustão	3.953	3.644
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	74.404	69.339
(+) Valor adicionado recebido em transferência	2.522	1.904
Receitas financeiras	2.522	1.904
(=) Valor adicionado total a distribuir	76.926	71.243
Distribuição do valor adicionado	76.926	71.243
Pessoal	8.858	7.337
Remuneração direta	6.485	5.459
Auxílio alimentação	907	682
Assistência médica/Plano de saúde	351	305
Encargos sociais exceto INSS	953	782
Outros	162	109
Governo	53.069	52.954
Federais	20.571	16.616
INSS (Folha de pagamento)	1.419	1.082
Imposto de renda e Contribuição social	286	163
PIS/COFINS	995	972
Encargos do consumidor	17.871	14.399
Estaduais	32.498	36.331
ICMS	32.498	36.331
Municipais	-	7
ISSQN	-	7
Remuneração de capital de terceiros	2.645	2.087
Outras despesas financeiras	2.645	2.087
Remuneração de capitais próprios	12.354	8.865
Sobras/Perdas do exercício	12.354	8.865
Valor adicionado (médio) por empregado	669	648

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2045, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna todos do estado de Santa Catarina, atendendo a 42.929 consumidores cativos e 14 consumidores parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes

nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução NBC TG 02(03) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa e ativos e passivos financeiros setoriais (CVA, neutralidades e outros). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Concessionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Concessionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Concessionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Concessionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Concessionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Concessionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Concessionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Concessionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A concessionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa, depósitos bancários a vista e numerários em trânsito, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros débitos.

DERIVATIVOS: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Concessionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e numerários em trânsito.

C) CONSUMIDORES A RECEBER

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de

competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) SUBVENÇÃO CDE – DESCONTOS TARIFÁRIOS

Nos termos do inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002, e conforme dispõe o Decreto nº 7.891/2013, a CDE, além de suas demais finalidades, deve custear descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

E, conforme o artigo 3º do Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.022/2017, o Gestor da CDE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, deve repassar o montante mensal de recursos da CDE a cada distribuidora visando custear os referidos descontos tarifários retirados da estrutura tarifária. Para definição dos valores mensais dos subsídios a serem repassados, a SGT deve utilizar o mercado considerado no período de referência deste processo tarifário.

A tabela a seguir (*Tab. 06 da REH nº 3.099/2022 ANEEL 23/08/2022*) apresenta o valor mensal a ser repassado pela CCEE à distribuidora no período de competência de agosto/2022 a julho/2023, até o 10º dia útil do mês subsequente. Esse valor contempla também o ajuste entre os valores homologados no processo tarifário anterior e os realizados, bem como a previsão para o período de vigência das tarifas de que trata esta resolução.

TABELA 6 – VALOR MENSAL DA SUBVENÇÃO DA CDE PARA CUSTEAR DESCONTOS TARIFÁRIOS (Cooperaliança).

DESCRIÇÃO	AJUSTE (R\$)	PREVISÃO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
SUBSÍDIO CARGA FONTE INCENTIVADA	(24.540,45)	318.828,32	294.287,87
SUBSÍDIO ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO	590,37	3.892,70	4.483,07
SUBSÍDIO RURAL	(2.646,61)	38.177,65	35.531,04
SUBSÍDIO IRRIGANTE/AQUICULTOR	(201,02)	505,32	304,30
SUBVENÇÃO LEI 14.299/2022	(17.040,45)	1.124.128,40	1.107.087,95
TOTAL	(43.838,15)	1.485.532,39	1.441.694,23

E) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

F) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

G) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (REGULATÓRIOS)

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo

desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis societárias das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperaliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão N° 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “16” e “26” respectivamente, a partir desta data.

No período de 2022 foram homologados os seguintes valores de componentes financeiros no reajuste tarifário. (Tab. 16 da NT n° 167/2022-SGT/ANEEL 18/08/2022).

Tabela 16. Componentes Financeiros

Componentes Financeiros	Valor (R\$)	Participação
CVA em processamento - Energia	(92.524)	-0,08%
CVA em processamento - Transporte	789.181	0,72%
CVA em processamento - Encargos Setoriais	6.295.128	5,76%
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes	(48.162)	-0,04%
Neutralidade de Parcela A- Energia	857.134	0,78%
Neutralidade de Parcela A - Transporte	284.650	0,26%
Neutralidade de Parcela A - Encargos Setoriais	(700.018)	-0,64%
Neutralidade de Parcela A - Receita Irrecuperável	7.595	0,01%
Sobrecontratação/exposição de energia	(156.203)	-0,14%
Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)	75.393	0,07%
Ajuste CUSD	(195.389)	-0,18%
Previsão do Risco Hidrológico	4.304.973	3,94%
Reversão do Risco Hidrológico	(2.060.977)	-1,88%
Conselho de Consumidores	(348.854)	-0,32%
Empréstimo Conta Escassez Hídrica - Bônus de redução voluntária	(1.203.663)	-1,10%
Total	7.808.264	7,14%

H) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1º/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

I) CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2017/2018, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento de valores positivos no ativo imobilizado e respectivamente na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

No período de 2022 houve a revisão tarifaria onde a base de remuneração regulatória foi calculada no montante de 69 milhões de Reais. Este valor se aproxima do valor real do ativo imobilizado da concessionária.

J) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

K) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

As obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a concessionária, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste conta, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

De acordo com a metodologia as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, em subconta específica que será amortizada a partir do próximo ciclo de revisão tarifária de sua constituição e com as taxas de amortização de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

L) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela, vermelha e Escassez Hidrica indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01343 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

- Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,04169 para cada quilowatt-hora kWh consumido;

- Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06243 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

- Bandeira Escassez Hidrica: foi criada para custear a geração de energia em condições adversas. Por conta do nível baixo dos reservatórios, é necessário acionar as termelétricas, as quais têm um custo mais alto, pois utilizam combustíveis fósseis no processo de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,1420 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

M) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

N) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

O) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário disponível	2022	2021
Caixa	8	9
Bancos	293	861
TOTAL	301	870

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2022	2021
Numerário	144	224
TOTAL	144	224

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2022	2021
Bradesco S/A	CDB	diário	5% CDI	7	110
Banco do Brasil	BB Renda	diário	Renda Fixa	28	1.799
Caixa Econômica Federal	Fundo Invest.	diário	Renda Fixa	46	304
Banco Itaú	Apic. Aut	diário	Variável	101	1.572
Banco Santander	FIC Curto Prazo	Diário	Variável	2	13
Banco Safra S/A	Vinculada	Diário	5% CDI	-	112
TOTAL				184	3.910

7) CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2022	2021
Faturados	42.943	41.660
TOTAL	42.943	41.660

a) Composições das contas a receber

Legislação societária								
Consumidor	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2022	2021	2022	2021
Residencial	3.848	1.171	627	5.646	(769)	(705)	4.877	5.552
Industrial	2.687	726	2.284	5.697	(2.295)	(2.299)	3.402	3.326
Comercial	2.292	430	644	3.366	(657)	(517)	2.709	5.003
Rural	852	223	83	1.158	(101)	(88)	1.057	1.269
Poder público	140	-	7	147	(7)	(7)	140	80
Iluminação pública	350	21	81	452	(81)	(137)	371	608
Serviço público	161	-	-	161	-	-	161	214
Renda não faturada	3.436	-	-	3.436	-	-	3.436	4.330
Subtotal - consumidores	13.766	2.571	3.726	20.063	(3.910)	(3.753)	16.153	20.382

Serviço taxado	24	34	41	99	(38)	(35)	61	54
Participação financeira	-	-	4	4	(4)	(4)	-	-
Parcelamentos	396	290	656	1.342	(474)	(447)	868	963
Encargo de capacidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Desconto TUSD cons. Livre	3.604	-	-	3.604	-	-	3.604	2.879
TOTAL - CIRCULANTE	17.790	2.895	4.427	25.112	(4.426)	(4.239)	20.686	24.278
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	1.406	-	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE			1.406				1.406	1.406

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina o Manual de contabilidade de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 criou a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), por meio dela, são concedidos descontos para os consumidores enquadrados na Subclasse residencial baixa renda.

A Lei 12.212 de 20 janeiro de 2010 e o Decreto nº7.583, de 13 de outubro de 2011, regulamentam esse benefício.

8) RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2022	2021
Outras Rendas		
Multas p/ atraso	134	171
Tarifa de correio	1	8
Juros de mora	91	97
Custo Administrativo	41	34
Atualização monetária	40	80
Renda de serviço de arrecadação	7	7
TOTAL	314	397

9) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2022	2021
ICMS sobre o ativo imobilizado	264	198
ICMS (faturas canceladas)	333	8
COFINS	-	1
Saldo negativo de CSLL	73	71
IRRF	123	103
Saldo negativo de IRPJ	96	96
TOTAL	889	477

Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2022	2021
ICMS sobre ativo imobilizado	386	334
TOTAL	386	334

10) OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária	
	2022	2021
Empregados	31	27
Serviços prestados a terceiros	96	93
Equipamentos em poder de terceiros	198	158
Equipamentos em poder de terceiros em nosso poder	6	6
Parcelamento	388	404
Cheques em cobrança	79	79
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	636	662
Cheques sem Custódia	8	8
Desativações em Curso	165	211
Outros	33	33
TOTAL	1.640	1.681

b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2022	2021
Consórcio Nacional Volkswagen	334	232
Empregados	40	41
TOTAL	374	273

11) DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

	Legislação Societária	
	2022	2021
Subsídios tarifários e redução da tarifária	1.482	567
Exposição Involuntaria, ESS/ Risco Hidrológico	1.496	1.308
TOTAL	2.978	1.875

- **Subsidio – Eletrobrás - CDE** – São Valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13 inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. E também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Conforme previsto no Art. 13, inciso VII, da Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013 e em cumprimento ao disposto o Art. 3º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Valores Estes homologados na resolução homologatória nº 3.099, de 23 de agosto de 2022, e nota técnica nº 167/2022 – SGT/ANEEL.

- **Risco Hidrológico** - As usinas hidrelétricas sofrem impactos diretos na geração de energia em função das alterações nas condições climáticas (baixo volume de chuvas). Este problema traz como consequência a queda na geração.

A relação de geração de energia das usinas que compõem o MRE e suas garantias físicas é denominado de Risco Hidrológico ou GSF. Parte dos custos relativos ao Risco Hidrológico são repassados aos consumidores por meio das tarifas de energia elétrica.

12) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2022	2021
Provisão PCLD – Fornecimento	3.910	3.753
Provisão PCLD – Serviços Cobráveis	38	35
Provisão PCLD – Participação Financeira Cons.	4	4
Provisão PCLD – Parcelamento	474	447
Provisão PCLD – outros Créditos	565	564
Provisão PCLD – rendas a receber	250	246
TOTAL	5.241	5.049

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – despacho nº. 2.904, de 17 de setembro de 2021, item 6.3.2 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

13)ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2022	2021
Almoxarifado de serviço	70	53
Almoxarifado Sucata	100	100
Adiantamento Eletrobrás - PROINFA	315	63
Adiantamento a fornecedores	4	120
TOTAL	489	336

14)SERVIÇOS EM CURSO

Serviços prestados a terceiros	Legislação Societária	
	2022	2021
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	988	778
Programa de Eficiência Energética – PEE	11	1.056
Serviços de Manutenção em Linhas e Redes	-	-
TOTAL	999	1.834

15) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2022	2021
Seguros de veículos	61	25
TOTAL	61	25

16) ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2022	2021
CVA-CDE	3.022	718
CVA-PROINFA	627	229
CVA-Compra de Energia	1.012	1.894
Neutralidade da Parcela A	766	565
Programa Sociais Governamentais	1.259	-
Garantias Financeiras – CCEAR	50	
TOTAL	6.736	3.406

17) TRIBUTOS DIFERIDOS

	Legislação Societária	
	2022	2021
Prejuízo Fiscal – IRPJ/CSLL	316	342
TOTAL	316	342

18) DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2022	2021
Trabalhistas	62	74
TOTAL	62	74

19) INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2022	2021
Credija – Sicoob – SC	-	12
Unicred	5	5
Acicred	53	47
Cresdisulca	3	3
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	141
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859
Maquinas e Equipamentos	20	16
TOTAL	2.151	2.153

20) IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(10) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar

condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte forma:

	Legislação Societária			2022
	2021	Adição / Depreciação	Baixas	
Imobilizado				
Outros	18	-	-	18
Edificações	3.886	16	-	3.902
Intangíveis	1.456	3	-	1.459
Licenças e softwares	-	-	-	-
Maquinas e equipamentos	104.022	10.305	(2.823)	111.504
Moveis e utensílios	719	8	-	728
Servidões	-	-	-	-
Sistemas e outros	-	-	-	-
Terrenos	2.509	-	-	2.509
Veículos	1.716	581	(490)	1.807
Imobilizado Total	114.327	10.913	(3.313)	121.927
Depreciação				
Outros	-	-	-	-
Edificações	(3.217)	(130)	-	(3.348)
Licenças e softwares	(424)	(3)	-	(427)
Maquinas e equipamentos	(48.441)	(3.680)	1.552	(50.570)
Moveis e utensílios	(585)	(29)	-	(614)
Veículos	(1.016)	(208)	486	(738)
Depreciação Total	(53.683)	(4.050)	2.038	(55.696)
Contas em Curso	3.704	1.107	-	4.811
Contas em Curso Total	3.704	1.107	-	4.811
Total	64.348	7.970	(1.275)	71.042

	Legislação Societária	
	2021	2022
Ativo Indenizável (Concessão)	3.454	4.913
Intangível	60.894	66.129
Total	64.348	71.042
Ativo imobilizado + Intangível (Regulatório)	64.348	71.042

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

21) FORNECEDORES

10)circulante

	Legislação societária	
	2022	2021
Suprimento de Energia Elétrica	8.155	10.941
Encargos de Uso da Rede Elétrica	123	-
Materiais e serviços	2.618	2.439
TOTAL	10.896	13.380

22)FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2022	2021
Diretores	14	15
Empregados	288	263
Pensões Judiciais descontadas	2	2
Sindicato	4	3
Convênios/repasses descontados dos funcionários	146	85
TOTAL	454	368

23)TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
	2022	2021
Circulante		
ICMS normal	295	3.217
ICMS parcelamentos	-	2.835
Imposto de renda	241	43
PIS a recolher	18	16

COFINS a recolher	73	75
ISS – Imposto Sobre Serviço	75	78
INSS empresa	142	95
INSS autônomos	5	6
FGTS	73	63
INSS prestadores de serviços	32	27
PIS	9	8
Contribuição social	87	5
Contribuição Social - Empregados	108	91
Imposto de Renda - Empregados	118	87
Contribuição Social – Diretor	4	4
TOTAL	1.280	6.650

24) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. CIRCULANTE

					Legislação Societária	
Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2022	2021
Banco do Brasil S/A	342.202.031	1	3,95 a.a+CDI	30/08/2024	1.000	765
Banco Reg. Desenv. Ext. -BRDE – w2	SC-45.669	3	6,25 a.a	15/12/2032	1.110	2.073
Banco Safra	002109705	2	1,15% a.m + CDI	02/03/2022	-	205
Banco Itaú (W1)	54672255-4	2	4,184 % a.m + CDI	25/04/2022	-	730
TOTAL					2.110	3.773

b. NÃO CIRCULANTE

					Legislação Societária	
NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	2022	2021
Banco do Brasil S/A	342.202.031	1	3,95 a.a+CDI	30/08/2024	750	1.736
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	SC-45.669	3	6,25 a.a	15/12/2032	4.223	2.914
TOTAL					4.973	4.650

GARANTIAS

1 – Cessão de Direitos Creditorios

2 – Aval

3 – Alienação fiduciária

4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735

25) CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2022	2021
Consumidores	2.617	1.192
Créditos de ICMS	522	481
Recuperação Judicial	88	79
Outros créditos	205	164
TOTAL	3.432	1.916

26) PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2022	2021
CVA-Compra de Energia	-	9
CVA-CDE	-	377
CVA-Proinfa	-	-
Saldo a Compensar CVA	32	39
Devoluções Tarifárias	2.179	1.376
Neutralidade da Parcela A	467	668
Ajuste do CUSD	130	63
CDE – Eletrobras	1.765	
Conselho de Consumidores	233	
Sobrecontração de Energia	104	
TOTAL	4.910	2.532

27) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2022	2021
Férias	787	662
INSS	231	181
FGTS	54	53
PIS	8	7
FAT	8	7
TOTAL	1.088	910

28) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Legislação Societária	
	2022	2021
Repasse à conta CCBRT – bandeiras	2.570	6.798
Encargos CCEE	377	377
Encargos tarifários	7	7
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.619	1.699
Taxa de Fiscalização	11	10
TOTAL	4.584	8.891

29) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2022	2021
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	44	38
Pesquisa e desenvolvimento – MME	22	20
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	1.174	1.005
Programa de Eficiência Energética	313	1.152
TOTAL	1.553	2.215

30) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2022	2021
Convênios	15	36
Cosip	662	615
Outras	10	10
TOTAL	687	661

31) CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

32) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Valor da Provisão		2022	Valor da Provisão		2021
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Cofins	-	1.064	-	-	1.064	-
Pis	-	231	-	-	231	-
Subtotal	-	1.295	-	-	1.295	-
	Valor da Provisão		2022	Valor da Provisão		2021
Contingência	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Ações	(273)	100	62	-	373	33
Subtotal	(273)	100	62	-	373	33

CÍVEIS						
Ações	115	115	-	-	-	
Subtotal	115	115		-	-	
Regulatórias						-
Outras	-	766	-	-	767	-
Subtotal	-	766	-	-	767	-
TOTAL	(158)	2.276	62	-	2.435	33

a. Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

b. Trabalhistas e Cíveis

Encontra-se em andamento reclamações cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçadas pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 1.181 mil.

mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 215 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

C. Regulatórias

Também foram provisionados valores referente compra de energia não faturados pela Supridora (Celesc). De acordo com a legislação vigente a Administração da Concessionária entende que o montante da dívida pode chegar a R\$ 766 mil reais".

33) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifaria da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

			Legislação Societária	
Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	2022	2021
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	3.490	(399)	3.091	2.184
Ajuste de avaliação patrimonial	139	(59)	80	86
Programa de Eficiência Energética	54	(22)	32	34
Pesquisa e Desenvolvimento	531	(183)	348	369
Ultrapassagens de Demanda e Reativo	5.663	-	5.663	5.013
TOTAL	9.877	(663)	9.214	7.686

34) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2022, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores		
(+)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Associados)		434
(+)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Terceiros)		71
(+)Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	-	-
(+)Sobras Líquidas do exercício		12.354
(=)Total das sobras/perdas		12.859
(-)Resultado com não Associados (Terceiros)		1.006
(-)Realização dos ajustes de avaliação patrimonial (Terceiros)		71
(=) Base para Destinações Legais e Estatutárias		11.782
Fundo de reserva legal	10%	1.178
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	589
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	5.891
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	1.077
Total das destinações estatutárias		7.658
Sobras à disposição da AGO		4.124

35) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

35.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.032, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, "O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscientos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2022	2021
Capital Subscrito	2.119	1.978
(-) Capital a Integralizar	(87)	(87)
TOTAL	2.032	1.891

35.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2022	2021
Correção monetária complementar	873	873
TOTAL	873	873

35.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária	
	2022	2021
Ajuste de avaliação patrimonial	4.126	4.834
TOTAL	4.126	4.834

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

Saldo Anterior	4.834
Bens baixados no período	(203)
Constituição do AVP	
Realização do AVP	(505)
Saldo Final	4.126

35.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2022	2021
Reserva legal	10.123	8.945
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	2.003	1.160
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	38.162	29.075
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	228	244
Sobras à disposição da A.G.O	4.124	3.196
TOTAL	55.788	43.768

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação

definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 18 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral”**.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

36) RECEITA OPERACIONAL

36.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Consumidores						
Residencial	36.889	35.728	74.249	71.229	31.101	20.544
Industrial	202	194	95.505	92.131	13.269	14.068
Comercial	3.113	2.990	58.532	52.237	18.642	15.747
Rural	2.464	2.508	11.937	12.222	4.376	3.319
Poder público	229	197	2.067	1.794	898	660
Iluminação pública	04	04	11.655	12.149	2.899	2.561
Serviço público	37	34	2.916	2.602	1.119	860
Consumo próprio	05	05	120	116	-	-
TOTAL	42.943	41.660	256.981	244.480	72.304	57.759

36.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2022	2021
Residencial	21.397	30.066
Industrial	15.585	15.956
Comercial	15.322	18.467
Rural	3.355	4.687
Poder público	685	742
Iluminação pública	2.104	3.374
Serviço público	865	966
TOTAL	59.313	74.258

36.3 Fornecimento não Faturado

	Legislação Societária	
	2022	2021
Fornecimento Não Faturado	894	1.195
TOTAL	894	1.195

36.4 Fornecimento – Diferimento ou Devolução

	Legislação Societária	
	2022	2021
Repasse à Conta CCBRT	(7.195)	(14.377)
Ajuste CUSD	(67)	(13)
Emprestimo Bonus Voluntario	401	
TOTAL	(6.861)	(14.390)

36.5 Fornecimento – Demais Ativos e Passivos

	Legislação Societária	
	2022	2021
Neutralidade (Constituição)	857	98
Neutralidade (Amortização)	(742)	(242)
TOTAL	115	(144)

36.6 Consumidores Livres

	Legislação Societária	
	2022	2021
Industrial	19.866	19.432
TOTAL	19.866	19.432

36.7 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2022	2021
Doações, contribuições e subvenções	13.702	4.861
TOTAL	13.702	4.861

36.8 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2022	2021
Serviços Cobráveis	376	355
TOTAL	376	355

37) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.

37.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2022	2021
ICMS	32.498	36.331
PIS-PASEP	177	173
COFINS	818	799
ISSQN	-	7
TOTAL		37.310

37.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2022	2021
Programa de Eficiência Energética - PEE	515	473
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	16.681	13.303
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	515	473
Taxa de fiscalização	128	118
Saldo a Compensar CVA	32	32
TOTAL	17.871	14.399

37.3 Receitas de Ultrapassagens

	Legislação Societária	
	2022	2021
Ultrapassagem de Demanda	257	255
Ultrapassagem de Reativos	393	515
TOTAL	650	770

38) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade GWH		Legislação Societária	
	2022	2021	2022	2021
Suprimento de Energia Eletrica	4,67	217,24	13.739	49.160
Suprimento de Energia Eletrica CBR	116,91	-	20.238	-
Suprimento de Energia Eletrica CCEN	7,02	-	2.201	-
Suprimento de Energia Eletrica CCGF	46,61	-	5.501	-
Suprimento de Energia Eletrica Itaipu	37,64	-	11.092	-
Total	212,85	217,24	52.771	49.160

39) ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

	Legislação Societária	
	2022	2021
Encargo do Uso de Sistema de Distribuição	21.185	16.947
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	702	-
TOTAL	21.887	16.947

40) DESPESAS OPERACIONAIS – Despesas de Pessoal

	Legislação Societária	
	2022	2021
Remunerações (incluídos diretores R\$ 542)	6.991	5.960
Encargos sociais	2.697	2.151
Auxílio alimentação	1.198	910
Convênio assistencial e outros benefícios	464	407
Roupas profissionais	141	74
Seguros	28	24
Auxilio Transporte	3	6
Capacitação e treinamento	42	42
Provisões	1.837	1.507
(-) Transferência para ordens em curso	(3.124)	(2.662)
TOTAL	10.277	8.419

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoerusc no valor total de R\$ 542 mil.

41) RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2022	2021
Receitas financeiras	2.522	1.904
(-) Despesas financeiras	(2.645)	(2.087)
TOTAL	(123)	(183)

Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2022	2021
Receitas de aplicações financeiras	124	27
Encargos financeiros sobre energia	1.187	985
Outras – Receitas financeiras	223	222
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	558	166
Descontos Obtidos	189	-
Multas e Acréscimos Moratório	5	1
Atualização Monetária	236	503
TOTAL	2.522	1.904

Despesas financeiras	Legislação Societária	
	2022	2021
Juros IOF	193	177
Outras despesas	970	669
Multa indicadores de continuidade	62	24
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	6	14
Atualização Mometária	-	1
Juros Fornecedores	341	337

Juros sobre financiamentos	1.063	809
Despesas SELIC P&D e PEE	10	56
TOTAL	2.645	2.087

42) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2022	2021
Associados	135.211	120.034
Não associados	22.061	22.522
TOTAL DA RECEITA	157.272	142.556

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Em 2022 o resultado com terceiros (não associados) foi positivo em R\$ 1.006 mil tivemos R\$ 82 mil de contribuição social e R\$ 204mil de imposto de renda.

43) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

44) PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Caixa seguro de vida.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Alelo Cartões no valor de R\$840,00 (Oitocentos e Quarenta Reais).

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa Maxpas.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

45) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

46) SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada
Veículos		
Frota	05/01/2022 a 05/01/23 12/01/2022 a 12/01/2023	1.853

47) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

48) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Revisão Tarifaria Agosto/2023



Reginaldo de Jesus
Presidente



Anselmo Freitas
Secretário



Daniel Zanolli Vieira
CRCSC.030661/O-7